Uma safra cheia de problemas

O plantio de inverno está sendo um dos mais conturbados, com a soma dos tradicionais atrasos nas definições do crédito à incerteza quanto aos compradores do trigo brasileiro, o que também afeta as demais lavouras típicas da época.

As condições em que ficou a triticultura brasileira após a saída do governo federal da comercialização estão entre os temas mais recorrentes nas matérias recentes sobre a agricultura brasileira. Não poderia ser diferente, pois o país passou em pouco tempo da esperança de alcançar a auto-suficiência no abastecimento do trigo à segunda posição entre os importadores mundiais. Tal mudança representa a movimentação de algumas centenas de milhões de dólares (alguns analistas do mercado supõem que o dispêndio com importações, este ano, poderá chegar ao US$1 bilhão) e torna o mercado brasileiro um centro de disputas entre fornecedores europeus e americanos.

A avaliação da situação do plantio de inverno, porém, tem de contemplar outros cultivos, bem menos importantes que o do trigo, mas que são por ele influenciados e possuem alguma relevância regional. Com efeito, há outras lavouras de inverno, como alpiste, aveia, centeio, cevada e triticale, todos cereais, aos quais junta-se o linho e, mais recentemente, foi agregada a canola, variedade geneticamente melhorada da colza (canola é a abreviatura de *Canadian oil low acid*, por seu baixo teor de gorduras polinsaturadas).

No que se refere ao trigo, a principal delas, era claro que o plantio deste ano seria reduzido, em função da "escolha" feita pelos importadores do produto. As alegadas razões de que as variedades desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) visavam tão-somente a produtividade elevada, e não a qualidade, não são inteiramente corretas, pois foram obtidos aqui bons padrões qualitativos. No Paraná, por exemplo, expandiu-se com sucesso o cultivar semiduro BR-18 e, há algumas semanas, foi lançado o BR-40, de potencial ainda melhor. Mesmo havendo amostras de produto brasileiro de boa qualidade, contudo, suas condições de pagamento, quase à vista, impedem-no de concorrer com o trigo importado do Hemisfério Norte, que, além de beneficiar-se frequentemente de subsídios governamentais, pode ser pago em até 180 dias.

É claro que as atuais restrições creditícias também afetam a área de importação e alguns moinhos não estão em condições de efetuar grandes compras. O consumo total, no entanto, continua sendo estimado, ao longo do ano, entre 8 e 8,5 milhões de toneladas. Isto pode levar à compra de cerca de 800 mil toneladas do Canadá (embora o anúncio do governo canadense de que eliminará o subsídio dado aos fretes ferroviários, a partir de 1º de agosto deste ano, possa provocar um desvio do cereal canadense para os EUA, mercado preferencial mais próximo). E, se os EUA decidirem incluir o Brasil entre os beneficiários de seu programa de incentivo às exportações (EEP — Export Enhancement Program), poderão ser compradas mais 500 mil toneladas de trigo norte-americano. Outro fornecedor para os próximos meses poderá ser a Alemanha, cujo trigo já está sendo cotado a US$120/t.

A Argentina, principal fornecedora do Brasil (e que, a partir deste ano, tem no mercado brasileiro seu principal comprador, pois superou o Nafta), vem enfrentando problemas, que não serão resolvidos imediatamente após a reeleição presidencial. Falta liquidez, mas o governo ainda sustenta a moeda nacional, o peso, em seu ortodoxo programa de estabilização. Até fins de abril, o trigo argentino vinha-se desvalorizando e teve seu preço reduzido US$11/t em dois meses, chegando aos US$124/t e ficando abaixo do preço do concorrente canadense. Supõe-se que ficará estável, pois as indústrias estão bem abastecidas até julho, mas é interessante observar que o excedente exportável argentino hoje mal supera as 500 mil toneladas.

Toda a situação do mercado interno brasileiro deriva do déficit no suprimento legado pela safra do ano passado, que totalizou apenas 2,14 milhões de toneladas. O atual plantio resultará na safra que irá abastecer o mercado em 1996. As condições deste plantio, aliás, são as mais precárias.

A nova política agrícola para a triticultura não agradou aos produtores rurais e há tendência generalizada de redução da área cultivada. Anunciou-se que o crédito de custeio será corrigido pela taxa de juros de longo prazo, com juros anuais, até o mês de maio, de 23,6%, o que representa cálculo econômico mais favorável do que aquele feito com a TR. Os valores dos empréstimos serão livremente pactuados entre o agente financeiro e o agente financiado, sem o emprego dos valores básicos de custeio, que sempre estiveram associados à produtividade física das plantações. Os bancos só emprestarão o que tiverem disponível.

O trigo superior, tipo 1, teve o maior preço mínimo, de R$144/t, mas está 27% abaixo do definido para a safra passada, em termos reais. Para o trigo de qualidade inferior, o preço mínimo estabelecido ficou em R$107/t, igualmente defasado em termos reais.

Segundo comentários correntes no mercado, não é cabível a idéia de tornar o trigo brasileiro competitivo com o estrangeiro (os novos preços mínimos aproximam-se dos preços praticados em Kansas City, EUA), porque o cereal de procedência argentina é capaz de chegar a São Paulo por preço inferior ao do trigo para-

naense. Este último, em 1994, teve 60% de sua produção classificada como de tipo superior.

Deste modo, as intenções de plantio são amplamente desfavoráveis. No Paraná, maior estado produtor, foram cultivados 740 mil hectares em 1994 e, para este ano, o Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura calcula que serão plantados 650 mil hectares, que equivalem à área colhida no ano passado (13% abaixo da cultivada naquele ano). Há muito desestímulo e, quem não plantar, terá de fazer adubação no verão.

A triticultura desaparece nos estados centrais

Trigo — produção no Brasil — safra 1994

UF	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento físico médio (kg/ha)
Paraná	630.314	1.076.388	1.708
Rio Grande do Sul	554.055	806.983	1.456
Santa Catarina	61.055	89.671	1.469
Mato Grosso do Sul	57.924	69.084	1.193
São Paulo	35.350	33.900	959
Minas Gerais	4.680	17.373	3.712
Goiás	4.629	14.549	3.143

Fonte: IBGE.

No Rio Grande do Sul, segundo estimativas do Centro Nacional de Pesquisas de Trigo, da Embrapa, o máximo que se plantará, em 1995, serão 300 mil hectares (no ano passado, foram 554 mil hectares). A situação também é crítica, pois apenas os produtores considerados de primeira linha ainda demonstram interesse no cultivo. Mesmo assim, pretendem plantar, segundo avaliações preliminares, sem adubação, apenas arriscando. Em caso de desempenho positivo das plantações, as lavouras terão maior atenção. Caso contrário, serão transformadas em cobertura verde, para impedir a erosão no inverno, e talvez deixadas para o plantio direto, o que nunca foi feito com o trigo. Já houve anúncio de produtores qualificados que desistirão de produzir sementes certificadas, passando para as comerciais.

Isto mexe com um dos outros cereais de inverno, a aveia, que costuma ter 90% de seu cultivo gaúcho destinado à cobertura verde, mas atualmente está mais cara do que o trigo.

A produção de aveia branca tem seguido tendência oposta à do trigo. De acordo com a Conab, as 37 mil toneladas produzidas em 1977 transformaram-se em 309 mil toneladas, em 1994, com 70% da safra sendo direcionados para as alimentação de eqüinos. O consumo humano, dentro da verdadeira onda mundial de busca de alimentos mais saudáveis, tem crescido rapidamente no Brasil, cujo mercado é dominado pela marca Quaker.

Esta se abastece inteiramente da produção do país. Outras marcas, como Ferla, Maeda, Superbom e Yoki estão no mercado, o que leva a importações dos países do Mercosul. A área de plantio da aveia paranaense deverá aumentar de 60 mil hectares, em 1994, para 75 mil hectares, este ano. Também se expandirá no Centro-Oeste, podendo chegar aos 60 mil hectares plantados no Mato Grosso do Sul, conforme informação de cooperativas locais. Destaque-se que o trigo do cerrado é atividade praticamente em extinção, esperando-se que a extensão ocupada pela triticultura alcance menos de 10 mil hectares naquele estado, que já teve grande expressão como produtor.

No que diz respeito à cevada, espera-se, no Paraná, redução do plantio, que passaria dos 15,6 mil hectares do ano passado para 13,73 mil hectares. No Rio Grande do Sul, é um cultivo diminuto, qualificação igualmente aplicável ao centeio, aliás também no estado do Paraná (que deverá manter sua área de plantio de 580ha).

Outro cereal de inverno que vem-se expandindo é o triticale, híbrido de trigo e de centeio, de que o Brasil é o quinto maior produtor mundial, atrás da Polônia, EUA, França e Alemanha. Sua destinação costuma ser a substituição do milho nas rações para aves, bovinos e suínos, porém, até 1990, a Embrapa o recomendava para a fabricação de biscoitos. Seu emprego na alimentação animal começou a ser recomendado em 1991. Possui um bom nicho de mercado na suinocultura e grandes empresas do subsetor, como a Sadia e a Perdigão, têm-no incentivado em Santa Catarina. Este ano, entretanto, em razão dos preços extremamente baixos pagos pelo milho, devido a sua supersafra, o triticale poderá não crescer.

Um outro produto da estação fria é a canola, citada anteriormente, para a qual se esperava uma evolução favorável, por suas qualidades intrínsecas (dela se extrai o óleo vegetal mais saudável) e pelo encolhimento dos trigais. Estima-se, contudo, que seu plantio prosseguirá este ano com dificuldades. Houve doenças de difícil controle e seu transporte é caro, pois os grãos são muito pequenos e é necessário cobrir de lona os caminhões. Em 1993, o Paraná teve aproximadamente 20 mil hectares plantados com canola, que viraram 15 mil em 1994. Para este ano, não se sabe ainda qual a tendência do cultivo, que nos dois principais produtores, Paraná e Rio Grande do Sul, é feito em pequenas áreas localizadas. A demanda de óleo existe, mas faltam estímulos maiores ao plantio.

O número de agricultores que querem fazer algo no inverno para a produção animal aumenta, e há desistência dos cereais para o consumo humano, substituídos por pastagens.

É importante lembrar que o atraso na definição das regras para a safra somou-se ao pano de fundo da retração da triticultura, criando uma impossibilidade de reversão das tendências de novo retrocesso no plantio do trigo.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA